

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 10ª REGIÃO**

Sede: R. Gen. Liberato Bittencourt, 1475, Florianópolis/SC, CEP 88070-000
 Telefone: (48) 3222 - 1967 - <https://crn10.org.br/> - E-mail: crn10@crn10.org.br

EDITAL**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

Pregão Eletrônico nº 90001/2026		Data de Abertura: 09 de março de 2026 às 10:00h	
Processo nº 1001027.000014/2025-90		Sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br	
Objeto		UASG: 928494 - CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA DÉCIMA REGIÃO - CRN-10	
Contratação para prestação de serviços de medicina do trabalho e saúde ocupacional, mediante a implantação, atualização, gerenciamento e execução dos Programas de Saúde Ocupacional, compreendendo: Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO-NR-7) - Emissão de relatório; Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR-NR-1 e NR-9), incluindo a avaliação dos fatores ambientais como ergonomia bem como psicossociais e de saúde mental; Análise Ergonômica do Trabalho (NR-17); Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho (LT-CAT); Laudo de Insalubridade (NR-15); Laudo de Periculosidade (NR-16); Envio das informações do CRN-10 ao eSocial, conforme exigências legais; Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); Assessoria na Constituição e Treinamento da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (NR-05). Conforme condições de exigências estabelecidas neste edital e demais anexos.			
Critério de Julgamento			
Menor preço global			
Valor Global Estimado da Contratação			
R\$ 16.502,21 (dezesseis mil quinhentos e dois reais e vinte e um centavos)			
Registro de Preço?	Instrumento Contratual	Garantia do Objeto	Forma de Adjudicação
Não	Termo de Contrato	Não	MENOR VALOR GLOBAL DO GRUPO
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO **			
Requisitos Básicos: - Scaf ou documentos equivalentes; - Habilitação Jurídica; - Regularidade Fiscal e Trabalhista; - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal; - Qualificação Econômico-Financeira; - Certidão do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; - Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos – TCU; - Certidão do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; - Certidão do Cadastro Nacional e Empresas Punidas – CNEP;		Requisitos Específicos: - Qualificação Técnica - (Subitem 9.28 e 9.29 do TR); - Outros documentos, sendo necessária a leitura integral do Edital.	
** O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação devem ser consultados nos itens 7 deste Aviso e item 9 do TR.			
Exclusiva ME/EPP?	Reserva de Cota ME/EPP?	Amostra/Demonstração?	Decreto nº 7.174/2010?
Não	Não	Não se aplica	Não
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações		Publicações e Acompanhamentos	
Até 04/03/2026 para o endereço: licitacao@crn10.org.br		Sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "928494"; e No Portal da Transparência do CRN-10 - Menu "Licitações – Editais – 2026".	
Observações Gerais:			
<ul style="list-style-type: none"> A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO. O licitante que não cumprir as exigências estabelecidas no Edital está sujeita às penalidades descritas do item 10 deste Edital. 			
ANEXOS:			
<ul style="list-style-type: none"> ANEXO I – Termo de Referência; Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar; ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço; ANEXO III – Minuta de Contrato; ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES ANEXO V - Modelo de Declaração de Conhecimento das Informações ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO 			

O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA 10ª REGIÃO (CRN-10), UASG 928494, sediado(a) Rua General Eurico Gaspar Dutra, 1459, salas 1001 a 1011, bairro Estreito, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88070-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma Eletrônica, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO**, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

SUMÁRIO

- DO OBJETO
- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- DA FASE DE JULGAMENTO
- DA FASE DE HABILITAÇÃO
- DO TERMO DE CONTRATO
- DOS RECURSOS
- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.
- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é Contratação para prestação de serviços de medicina do trabalho e saúde ocupacional, mediante a implantação, atualização, gerenciamento e execução dos Programas de Saúde Ocupacional, compreendendo: Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO-NR-7), com entrega no endereço do Conselho Regional de Nutrição 10ª Região – CRN-10, a saber: Rua Gen. Liberato Bittencourt, nº 1459, salas 1001 a 1011, CEP: 88070-000, Canto, Estreito, Florianópolis – SC. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em 01 (um) grupo, formado por 10 (dez) itens, conforme tabela constante no Estudo Técnico Preliminar, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem;

1.3. Não será aceito valor acima do valor estimado unitário e global, para os itens que compõem o grupo.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar desta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos subitens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o subitem 2.6.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui, em cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário

anteriores;

3.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.12. valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário dos itens e global expresso em Reais (R\$), sendo que após a negociação deverá ser apresentada a Proposta de Preço (Anexo II do Edital), devidamente preenchida com os valores individuais;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam ao licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. **O critério de julgamento será o menor preço global do grupo.**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto

5.11. No modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de

apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.18.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.18.2.2 empresas brasileiras;
- 5.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.21. A negociação de que se trata o subitem 5.20, poderá ser feita com os demais licitantes, seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado por em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela administração.
- 5.22. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.23. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexados aos autos do processo licitatório.
- 5.24. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.25. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir da solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União - CGU (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o [caput](#), só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 6.7.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- ## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO
- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.
- 7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 7.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 7.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.10. **A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.**
- 7.10.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**
- 7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.
- 7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8. DO TERMO DE CONTRATO**
- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, por meio eletrônico (SEI), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 8.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e Anexos;
- 8.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.4. Os prazos dos itens 8.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 8.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
- 9. DOS RECURSOS**
- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo e do sistema não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal da Transparência do sítio eletrônico <http://www.crn10.org.br>, na aba Licitações > Editais e Resultados > 2025.
- 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.5. fraudar a licitação;
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto.
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.3.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da comunicação oficial.
- 10.3.7. Para as infrações previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 1% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 10.3.8. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 20% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 10.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar, contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10.14. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 10.15. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento e avisos será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitacao@crn10.org.br
- 11.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. Será divulgada ata/relatório da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico do [CRN-10](#), no portal da transparência, aba Licitações > Editais e Resultados > 2026.
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.11.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 12.11.2. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 12.11.3. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço
- 12.11.4. ANEXO III – Minuta de Contrato
- 12.11.5. ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES
- 12.11.6. ANEXO V - Modelo de Declaração de Conhecimento das Informações
- 12.11.7. ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
- 12.11.8. ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Florianópolis , 23 de fevereiro de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Fernando da Costa, Pregoeiro(a)**, em 20/02/2026, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2240351** e o código CRC **ABE01338**.



CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 10ª REGIÃO
R. Gen. Liberato Bittencourt, 1475, Florianópolis/SC, CEP 88070-000
Telefone: (48) 3222 - 1967 - https://crn10.org.br/ - E-mail: crn10@crn10.org.br

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2026.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Medicina e Segurança do Trabalho, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação para prestação de serviços de medicina do trabalho e saúde ocupacional, mediante a implantação, atualização, gerenciamento e execução dos Programas de Saúde Ocupacional, compreendendo: 1- Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO-NR-7) - incluindo a emissão de relatórios; 2- Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO 3- Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR-NR-1 e NR-9), incluindo a avaliação dos fatores ambientais como ergonomia bem como psicossociais e de saúde mental; 4- Análise Ergonômica do Trabalho (NR-17); 5- Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT); 6- Laudo de Insalubridade (NR15); 7- Laudo de Periculosidade (NR16); 8- Envio das informações do CRN-10 ao eSocial, conforme exigências legais; 9- Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); 10- Assessoria na Constituição e Treinamento da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (NR-05);	8818	Mensal	01	R\$ 875,18	R\$ 16.502,21

* Os itens sobre Laudo de Insalubridade e Periculosidade somente serão realizados mediante necessidade identificada no item relativo a LTCAT análise de necessidade pela contratante.

1.1.1. A descrição completa da especificação e quantidades de cada item da tabela do item 1.1 estão detalhadas no item 3.1 do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como complexos, uma vez que a natureza dos serviços de saúde ocupacional é multidisciplinar, e que incluem: exames admissionais, periódicos, demissionais e emissão de ASO, elaboração e acompanhamento do PCMSO, entre outros.

A execução exige equipe com formação técnica específica (médicos do trabalho, técnicos de enfermagem, etc.), cumprimento de normativas legais, além de sigilo, controle de prazos e capacidade de gestão integrada de saúde ocupacional.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. Os serviços são enquadrados como continuados tendo em vista que atendem, de forma permanente e ininterrupta, às necessidades da contratante quanto à preservação da saúde e integridade física de seus empregados, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-7. Tais atividades são de natureza recorrente e obrigatória, sendo essenciais para o cumprimento das normas legais e regulamentares de segurança e saúde do trabalho, bem como para a promoção de um ambiente laboral saudável e seguro. Assim, a vigência plurianual é a mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (2170509).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Neste sentido, destaca-se as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos.

4.2. É dever da contratada observar, mas não exclusivamente: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Subcontratação:

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

Garantia da contratação:

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.
- 4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições da execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto:

- Em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato para a emissão dos Laudos de PGR, LTCAT, Laudo de Ergonomia, início das atividades de assessoria na constituição e treinamento da CIPA;
- Imediatamente após a assinatura do contrato para as obrigações referentes a produção e envio das informações ao eSocial;
- Conforme ordem de serviço para as demais demandas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços relativos aos exames ocupacionais devem ser realizados em escritório da contratada que deve estar localizado a uma distância máxima de até 10 km da sede do CRN-10, situada na Rua General Liberato Bittencourt, 1475, Florianópolis/SC, CEP 88070-000 - Edifício Globo Tower, 10º Andar. A presente exigência encontra respaldo:

- Na orientação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1176/2021 – Plenário), que admite exigências desse tipo quando devidamente justificadas e proporcionais à adequada execução do contrato;
- No princípio da eficiência administrativa (art. 11, inciso II, da Lei nº 14.133/2021), ao evitar deslocamentos excessivos e desgastes aos colaboradores;
- No entendimento consolidado sobre serviços de natureza continuada, conforme o item 10.6, “a”, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017.

5.3. O atendimento será presencial aos colaboradores da instituição, cuja sede encontra-se localizada em Florianópolis/SC, para a realização dos exames ocupacionais e avaliações clínicas, atividades que não podem ser realizadas remotamente.

5.4. Os exames médicos ocupacionais serão realizados conforme necessidade da Contratante.

5.5. A contratada deverá realizar os exames periódicos na Sede do CRN-10. Preferencialmente, os exames serão agendados com todos os funcionários para uma mesma data/semana.

5.6. Os exames ocupacionais periódicos serão realizados na sede da contratante em data única, anualmente estipulada e comunicada formalmente pela contratante por meio eletrônico indicado pela contratada.

5.7. Os Laudos indicados no serviço contratado serão constituídos com base em visitas técnicas realizadas na sede da contratante.

5.8. Os serviços realizados na sede da contratante serão realizados no horário correspondente entre as 09hs e 16hs de segunda a sexta-feira.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.9. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1475, Florianópolis/SC, CEP 88070-000 - Edifício Globo Tower, 10º Andar

5.10. Funcionários ativos: 27 (vinte e sete) empregados.

Especificação da garantia do serviço

5.11. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.12. Em caso de rescisão contratual, motivada ou não, fica a contratante obrigada a retirar das dependências da contratada no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da rescisão, todos os prontuários médicos de seus funcionários, através de comunicação por escrito do novo médico coordenador que venha assumir a medicina ocupacional da contratante.

5.13. Caso não sejam retirados os prontuários médicos no prazo estipulado na cláusula anterior, incorrerá a contratante em custo de manutenção de arquivo na base de R\$ 2,00 (dois reais) por prontuário. Caso o valor apurado seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais), será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por mês.

5.14. Em caso de rescisão contratual a contratada se obriga a repassar à nova empresa de medicina ocupacional ou médico do trabalho contratado pela contratante, todas as fichas clínicas (prontuários médicos) referentes aos funcionários desta, mediante solicitação por escrito pelo novo médico coordenador

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

- 6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto.

Fiscalização

- 6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.18. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.20. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- não produziu os resultados acordados,
- deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1. Recebimento

- 7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco)** dias, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.1.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.1.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.1.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.1.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.1.6. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.
- 7.1.7. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- o fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

- Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.1.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou correções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.1.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.1.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais, Laudos e Instruções exigíveis, quando for o caso.

7.1.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.1.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.1.14. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.1.15. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.1.16. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.1.17. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.18. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.1.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

- 7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.2.4. Multa: de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(ns) prejudicado(s), nos casos das infrações dos subitens
- 8.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens “b” a “d” deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6(seis) anos, nos casos dos subitens “b” a “h”, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 8.6. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 8.7. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 8.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º): a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para o Contratante; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
- 8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).
- 8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

- 9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

Habilitação fiscal, social, e trabalhista

- 9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.23. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.
- 9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.28. Comprovação de registro da empresa no Conselho Regional de Medicina (CRM).
- 9.29. Comprovação de experiência mínima (3 anos) na prestação de serviços de medicina do trabalho mediante apresentação de atestados ou declarações de capacidade técnica emitidos por clientes anteriores pertencentes à administração pública, comprovando a execução de serviços.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 16.502,21 (quinze mil e quinhentos e dois reais e vinte e um centavos, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.
- 10.2. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.
- 10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I - Fonte de recursos: 6.2.2.1.3.01.01.04.004.033 - Serviços de Medicina do Trabalho
- 11.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.
12. **DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Deivid Paz Cardoso, Analista de Departamento Pessoal e Recursos Humanos**, em 19/02/2026, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2319759** e o código CRC **AC36991B**.



CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 10ª REGIÃO
R. Gen. Liberato Bittencourt, 1475, Florianópolis/SC, CEP 88070-000
Telefone:(48) 3222 - 1967 - <https://crn10.org.br/> - E-mail: crn10@crn10.org.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ORGÃO	Conselho Regional de Nutrição da 10ª Região (CRN-10)
SETOR REQUISITANTE	Coordenação Administrativa
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA	Deivid Paz Cardoso
E-mail: rh@crn10.org.br	Telefone: (48) 3222-1967 Ramal: 1020

1. **DEMANDA**
- 1.1. O objetivo do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) é identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda de contratação de empresa especializada em Medicina e Segurança do Trabalho conforme consta no Documento de Formalização de Demanda (2162820), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.
- 1.2. As necessidades de negócio contempla a seguinte solução:
- 1.3. Contratar empresa especializada, por meio de pregão eletrônico de licitação (art. 6º, XLI, c/c art. 29 da [Lei nº 14.133/2021](#)). Considerada viável, por assegurar atendimento imediato, com equipe técnica multidisciplinar qualificada e custos compatíveis com os praticados no mercado. A solução se justifica, pois permite a contratação de entidade especializada, com expertise técnica, estrutura operacional já consolidada e condições de garantir a conformidade legal com as Normas Regulamentadoras, bem como obrigações acessórias previstas no eSocial, além de atender com maior eficiência e economicidade a demanda do CRN-10.
2. **NECESSIDADES DO NEGÓCIO**
- 2.1. A partir do fim do contrato vigente (1001026.000017/2024-52) e a impossibilidade de renovação conforme Parecer Jurídico 04/2025 (2169269) para esta demanda, é de extrema urgência a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de medicina e segurança do trabalho, visando atender às exigências legais e regulamentares relativas à saúde e segurança dos servidores, nos termos das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, bem como obrigações acessórias previstas no eSocial.
3. **REQUISITOS E ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**
- 3.1. **Requisitos de negócio:**

Grupo	Item	Produto	Quantidade	Descrição
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Medicina do Trabalho.	1	Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO-NR-7)	01	Elaboração, Coordenação, Manutenção, Assistência Técnica ao Desenvolvimento e Emissão do Relatório Anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e conforme Norma Regulamentadora nº 07 e atendimento do eSocial Demais ações previstas na Norma regulamentadora nº 7 (NR-7) as quais a Contratante esteja obrigada.
	2	Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO	Conforme necessidade	Planejamento e execução dos exames e consultas médicas de aptidão profissional admissionais, demissionais, periódicos, de retorno ao trabalho após afastamentos prolongados, bem como de mudança de função, devendo estes ser realizados por médico do trabalho, no limite de 50 atendimentos; Acompanhamento dos casos de afastamento do trabalho por doença, assistidos ou não por benefício previdenciário por incapacidade; Realização de exames complementares, quando solicitados pelo médico do trabalho; Elaboração/guarda dos prontuários médicos individuais de cada empregado; Emissão de declarações ou pareceres técnicos, quando necessário, para esclarecer se afastamentos sucessivos, mesmo com diferentes CID's, ou inexistência dos mesmos, correspondem a um único motivo clínico;
	3	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR-NR-1 e NR-9), incluindo a avaliação dos fatores ambientais como ergonomia bem como psicossociais e de saúde mental;	01	Elaboração do Documento-Base de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), incluindo planejamento, metodologia, registro dos dados, desenvolvimento e formas de avaliação contemplados por indicadores de riscos ambientais; Reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais através de vistoria detalhada dos ambientes interno e externo de trabalho; Estabelecimento de prioridades e metas para o combate dos riscos ambientais existentes; Implementação de medidas de controle (estratégia e metodologia de ação) e avaliação anual de sua eficácia após a implantação; Demais ações previstas nas Normas regulamentadoras nº 1 (NR-1) e nº 9 (NR-9) as quais a Contratante esteja obrigada.
	4	Análise Ergonômica do Trabalho (NR-17)	01	Análise técnica ergonômica, por meio de verificação, realizada nos setores da contratante para qualificação das condições de trabalho, visando estabelecer parâmetros que permitam maior conforto e segurança dos trabalhadores e maior produtividade no trabalho; Emissão de documento técnico de Laudo Ergonômico do Trabalho.
	5	Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT);	01	Emissão de documento técnico de LTCAT com base em: Descrição e análise detalhada de cada atividade exercida, do ambiente interno e externo de trabalho e equipamentos utilizados; Identificação de exposições ocupacionais que representem risco à saúde dos trabalhadores ou ao meio ambiente; Medição de níveis de pressão sonora (ruído), de luminosidade, de temperatura e de umidade relativa do ar, por meio de equipamentos adequados e devidamente calibrados, bem como análises laboratoriais, quando necessário; Assessoria Técnica em possíveis processos judiciais.
	6	Laudo de Insalubridade (NR15)	Se necessário	Elaboração de Laudo de Insalubridade com base nas condições de trabalho dos setores da contratante.
	7	Laudo de Periculosidade (NR16)	Se necessário	Elaboração de Laudo de Periculosidade com base nas condições de trabalho dos setores da contratante.
	8	Envio das informações do CRN-10 ao eSocial, conforme exigências legais;	Mensal	A contratada será responsável pela elaboração, organização, atualização e envio das informações de saúde ocupacional dos empregados, com vistas ao adequado preenchimento e envio dos eventos obrigatórios ao eSocial, no escopo da manutenção e execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), nos termos da NR-7, NR-1 e do Manual de Orientação do eSocial. Os serviços incluem: Coleta e estruturação das informações obrigatórias: levantamento, análise e sistematização dos dados ocupacionais dos trabalhadores, conforme exigências dos eventos S-2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho), S-2220 (Monitoramento da Saúde do Trabalhador) e S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Fatores de Risco) do eSocial, integrando informações provenientes do LTCAT, PGR e ASO; Preenchimento técnico dos eventos de SST: elaboração técnica dos eventos S-2220, com base nos dados clínicos e exames ocupacionais realizados no âmbito do PCMSO; elaboração dos eventos S-2240, com base na identificação e avaliação dos riscos ocupacionais, incluindo descrição da exposição, uso de EPI, EPC e respectivas eficácias, conforme Tabela 23 do eSocial; elaboração dos eventos S-2210 com base nas comunicações de Acidentes de Trabalho;

				Geração e envio de eventos de Medicina do Trabalho ao eSocial de forma online e automatizada conforme cronograma e regras do eSocial; Manutenção e atualização dos eventos: atualização dos registros sempre que houver mudanças nas condições ambientais de trabalho, funções, admissões, demissões ou alterações clínicas constatadas nos exames ocupacionais; reenvio de eventos retificadores, quando necessário, dentro dos prazos legais; Relatórios e documentação: geração de relatórios gerenciais consolidados sobre os eventos enviados ao eSocial; arquivamento eletrônico seguro de toda a documentação e registros elaborados, conforme prazo legal mínimo.
	9	Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP);	Conforme necessidade	Planejamento e desenvolvimento do PPP; Emissão e atualização do PPP; Armazenamento em meio eletrônico de todos os dados relativos aos trabalhadores da Contratante.
	10	Assessoria na Constituição e Treinamento da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (NR-05);	01	Assessoria na elaboração e publicação do Edital de convocação, Edital de inscritos para as eleições, Comunicações ao DRT e/ou Sindicato, processo eleitoral e da posse dos eleitos, bem como na elaboração das atas da CIPA; Realização de treinamento de CIPA, com carga horária mínima de 20 horas, sendo ministrado por no mínimo 1 (um) profissional qualificado em NR5, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da posse.

* Os itens 6 e 7 somente serão realizados mediante necessidade identificada no item 5 e análise da contratante.

4. **REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO:**
- 4.1. Atestado de capacidade técnica da empresa prestadora dos serviços emitidos por entidades públicas ou privadas, demonstrando experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto contratado no quantitativo mínimo de 2 (dois) atestados. Os referidos documentos devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto dessa licitação, bem como demonstrar que tenha executado serviços de Segurança e Medicina Ocupacional, por período que não poderá ser superior a 3 (três) anos, conforme lei nº 14.133, de 2021, art. 67, §5º.
- 4.1.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovação de capacidade técnica; Os períodos concomitantes serão computados uma única vez; os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil;
5. **REQUISITOS DE MANUTENÇÃO:**
- 5.1. Não se aplica.
6. **REQUISITOS DE SEGURANÇA:**
- 6.1. A contratada deverá garantir a segurança das informações do CRN-10 e se comprometer a não divulgar ou fornecerem a terceiros quaisquer dados e informações que tenham recebido deste Conselho no curso da validade do contrato, a menos que expressamente autorizado pela contratante.
7. **REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS:**
- 7.1. A contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Neste sentido, destaca-se as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos.
- 7.2. É dever da contratada observar, mas não exclusivamente: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.
8. **DURAÇÃO DO CONTRATO**
- 8.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 considerando a natureza continuada da prestação do serviço de Medicina e Segurança do Trabalho (Art. 6º, XV, da [Lei nº 14.133/2021](#)).
9. **LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES:**
- O mercado nacional apresenta ampla oferta de empresas especializadas em saúde ocupacional e segurança do trabalho, com atuação consolidada junto a órgãos públicos e privados. Diversas instituições federais e estaduais, como universidades, autarquias e empresas públicas, têm contratado serviços semelhantes por meio de pregões eletrônicos ou concorrências, utilizando o critério de técnica e preço, dada a natureza continuada e especializada do objeto. O modelo de outsourcing (terceirização integral dos serviços com gestão integrada via software) tem se mostrado predominante, permitindo maior controle e eficiência.
- Empresas de médio e grande porte do setor privado também adotam sistemas integrados de gestão ocupacional, baseados em tecnologias digitais para controle de riscos e conformidade com o eSocial, o que demonstra tendência de digitalização e centralização das informações. Inovações recentes incluem plataformas de telemedicina ocupacional, módulos de análise ergonômica virtual e dashboards de indicadores de saúde corporativa.
- Considerando a relação custo-benefício, a disponibilidade de fornecedores qualificados e a necessidade de continuidade imediata dos serviços, a solução mais adequada é a **contratação de empresa especializada em regime de prestação continuada**, com disponibilização de sistema informatizado de gestão ocupacional integrado ao eSocial. Essa opção apresenta melhor equilíbrio entre eficiência operacional, conformidade legal, agilidade de implantação e custo econômico, sendo tecnicamente justificável diante das exigências da instituição.
10. **JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO**
- A equipe de planejamento, após análise detalhada e criteriosa, declara que a solução escolhida, consiste na Contratação de empresa especializada destinada à execução dos Serviços de Segurança e Medicina Ocupacional, para atendimento de empregados do CRN-10. Esta escolha foi embasada em um processo de avaliação que considerou aspectos técnicos, financeiros e operacionais. A análise comparativa de orçamentos, aliada à observação das características técnicas e à adequação aos serviços oferecidos, corroborou a viabilidade da solução eleita.
- A solução proposta atende plenamente ao interesse público, sendo compatível com os objetivos institucionais e com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021.
- A contratação é necessária para o cumprimento das exigências legais previstas nas Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, nas normas da Previdência Social (INSS), e no eSocial, visando:
- 10.1. Preservar a saúde e a integridade física dos trabalhadores;
 - 10.2. Prevenir doenças ocupacionais e acidentes de trabalho;
 - 10.3. Atender às exigências de auditorias internas e externas;
 - 10.4. Assegurar conformidade legal e previdenciária da instituição;
 - 10.5. Reduzir riscos trabalhistas e previdenciários.

11. **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

Item	Produto	Unidade de medida	Quantidade
1	Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO-NR-7)	Anual	1
2	Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO	Conforme necessidade	Conforme necessidade
3	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR-NR-1 e NR-9), incluindo a avaliação dos fatores ambientais como ergonomia bem como psicossociais e de saúde mental;	Anual	1
4	Análise Ergonômica do Trabalho (NR-17)	Anual	1
5	Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT)	Anual	1
6	Laudo de Insalubridade (NR15)	Anual	Se necessário
7	Laudo de Periculosidade (NR16)	Anual	Se necessário
8	Envio das informações do CRN-10 ao eSocial, conforme exigências legais	Mensal	Conforme cronograma eSocial
9	Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)	Anual	Conforme necessidade
10	Assessoria na Constituição e Treinamento da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (NR-05)	Anual	1

12. **ESTIMATIVAS DE CUSTOS**

Descrição da solução	Estimativa de preços para a Demanda Anual	Total
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Medicina e Segurança do Trabalho	R\$ 2.781,23	R\$ 2.781,23

12.1. Foi considerado para a estimativa, a pesquisa feita em três eixos, a saber: **Pesquisa feita no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); Contratações similares feitas pela Administração Pública; Pesquisa Direta com fornecedores locais** conforme os anexos (2201922), (2201960), (2201966), (2201973), (2201980), (2201984), (2201990), (2193261), (2201908), (2201903), (2201911) e (2201911) dos quais foi calculada a média de valores dos itens unitários por empregado considerando o quantitativo de empregados do CRN-10 contemplados no objeto desta demanda.

Item	Lei 14.133/2021 - art. 23 § 1º I (Pesquisa Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP))											
	Câmara de vereadores de Rio das Antas - SC			Câmara de Vereadores São Carlos - SC			Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste			Câmara Municipal de Schroeder		
	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado
PCMSO - Exames ocupacionais	X	R\$ 40,00	R\$ 1.080,00	X			X			X	R\$ 57,00	R\$ 1.539,00
Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO) - Laudo	X	R\$ 710,00	R\$ 710,00	X			X			X		R\$ 228,00
PCMSO - Avaliação Psicossocial												
PCMSO - Inclusão nova função										X	R\$ 48,00	
PCMSO - Elaboração CAT										X	R\$ 85,00	
Programa de Gerenciamento de Riscos	X	R\$ 749,00	R\$ 749,00	X			X			X		
Análise Ergonômica do Trabalho												
Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT)	X	R\$ 960,00	R\$ 960,00	X		R\$ 3.690,00	X		R\$ 1.896,00	X		R\$ 510,00
Laudo de Insalubridade							X			X		
Laudo de Periculosidade							X			X		
Envio das informações do CRN-10 ao eSocial				X			X			X		R\$ 228,00
Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)	X	R\$ 40,00		X			X			X	R\$ 50,00	
Assessoria na Constituição e Treinamento da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes												
Total			R\$ 2.419,00			R\$ 3.690,00			R\$ 1.896,00			R\$ 966,00
Média		R\$ 2.242,75										

Item	Lei 14.133/2021 - art. 23 § 1º II (Contratações similares feitas pela Administração Pública)											
	Conselho Regional de Enfermagem - SC			CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - SC								
	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado
PCMSO - Exames ocupacionais	X	R\$ 21,23	R\$ 573,21	X	R\$ 809,00	R\$ 809,00						
Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO) - Laudo	X	R\$ 464,43	R\$ 464,43									
PCMSO - Avaliação Psicossocial												
PCMSO - Inclusão nova função												
PCMSO - Elaboração CAT												
Programa de Gerenciamento de Riscos	X	R\$ 843,14	R\$ 843,14	X	R\$ 25,00	R\$ 25,00						
Análise Ergonômica do Trabalho	X	R\$ 233,57	R\$ 233,57									
Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT)	X			X	R\$ 250,00	R\$ 250,00						
Laudo de Insalubridade												
Laudo de Periculosidade												
Envio das informações do CRN-10 ao eSocial	X			X	R\$ 22,00	R\$ 264,00						
Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)	X	R\$ 40,00		X	R\$ 5,00	R\$ 135,00						
Assessoria na Constituição e Treinamento da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	X	R\$ 11,13	R\$ 11,13									
Total			R\$ 2.125,48			R\$ 1.483,00			R\$ 0,00			R\$ 0,00
Média		R\$ 1.804,24										

Item	Lei 14.133/2021 - art. 23 § 1º IV (Pesquisa Direta)											
	Mednet			Lemes			Biosecure			Corpori		
	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado	Contempla	Valor unitário	Valor geral estimado
PCMSO - Exames ocupacionais	X	R\$ 52,20	R\$ 1.409,40	X	R\$ 45,00	R\$ 1.215,00	X	R\$ 50,00	R\$ 1.350,00	X	R\$ 40,00	R\$ 1.080,00
Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO) - Laudo	X	R\$ 468,00	R\$ 468,00	X			X			X	R\$ 948,00	R\$ 948,00
PCMSO - Avaliação Psicossocial	X	R\$ 32,00	R\$ 864,00	X	R\$ 25,00	R\$ 675,00				X	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PCMSO - Inclusão nova função	X	R\$ 0,00	R\$ 0,00	X	R\$ 150,00					X	R\$ 40,00	
PCMSO - Elaboração CAT	X	R\$ 0,00		X	R\$ 150,00					X	R\$ 200,00	
Programa de Gerenciamento de Riscos	X	R\$ 435,00	R\$ 435,00	X			X			X		
Análise Ergonômica do Trabalho	X	R\$ 678,00	R\$ 678,00			R\$ 2.500,00				X	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00
Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT)	X	R\$ 310,00	R\$ 310,00	X			X			X	R\$ 985,00	R\$ 985,00
Laudo de Insalubridade	X	R\$ 0,00	R\$ 0,00						R\$ 323,73	R\$ 3.884,76	X	Incluso no LTCAT
Laudo de Periculosidade	X	R\$ 0,00	R\$ 0,00							X	Incluso no LTCAT	Incluso no LTCAT
Envio das informações do CRN-10 ao eSocial	X	R\$ 0,00	R\$ 0,00	X	R\$ 270,00		X			X	R\$ 94,50	R\$ 1.134,00
Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)	X	R\$ 25,00		X	R\$ 50,00					X	R\$ 80,00	
Assessoria na Constituição e Treinamento da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	X	R\$ 325,00	R\$ 325,00							X	R\$ 180,00	R\$ 180,00
Total			R\$ 3.080,00			R\$ 3.175,00			R\$ 3.884,76			R\$ 7.047,00
Média		R\$ 4.296,69										

12.2. **Manifestação técnica referente aos orçamentos da Pesquisa feita no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Contratações similares feitas pela Administração Pública**
No que tange ao orçamento da Câmara de Vereadores de Rio das Antas, não há menção à quantidade de empregados, o que seria relevante, uma vez que as cotações poderiam sofrer alterações quando do quantitativo maior ou menor. Assim, optou-se por considerar os valores mencionados na cotação e calcular o quantitativo de acordo com o número de funcionários do CRN-10.

Em relação ao Conselho Regional de Enfermagem, os valores de itens unitários por empregados possuem valores consideravelmente menores que aqueles advindos dos orçamentos diretos que consideraram o quantitativo de funcionários do CRN-10, que é de 27 funcionários. Assim, acredita-se que o valor consideravelmente baixo do orçamento seja pelo fato deste orçamento ter considerado o quantitativo de 77 funcionários para o Conselho Regional de Enfermagem.

Por se tratar de serviços especializados e amplos, constatou-se que nenhum dos orçamentos pesquisados abrangeria o escopo completo de itens objeto desta cotação. Deste modo, a média corresponde parcialmente ao cotado neste documento.

12.3. **Manifestação técnica referente aos orçamentos da Pesquisa Direta com fornecedores locais**

12.3.1. **Objeto da Análise**

A presente manifestação técnica tem como objetivo analisar criticamente os preços apresentados por quatro empresas (Mednet, Lemes, Biosecure, Corpori) para prestação de serviços relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho, conforme a tabela de orçamento comparativo apresentada.

12.3.2. Metodologia para Aferição dos Valores de Mercado

Para análise dos preços, foram considerados os seguintes parâmetros:

- Contemplação dos itens previstos no escopo de serviços;
- Valor unitário e geral estimado para cada serviço;
- Abrangência dos serviços ofertados (completude da proposta);
- Coerência dos valores com o mercado e práticas regulatórias vigentes;
- Média geral entre os orçamentos, como referência comparativa.

12.3.3. Parâmetros Utilizados para Análise

- Escopo técnico mínimo necessário (conforme item 3.1 deste ETP);
- Conformidade com a legislação vigente, eSocial e IN's do INSS;
- Viabilidade técnica e legal das propostas (ex: cobrança de itens obrigatórios ou com valores incompatíveis);
- Custos unitários praticados no mercado regional/local;
- Custo-benefício com base no total ofertado e escopo atendido.

12.3.4. Análise Crítica dos Preços

12.3.4.1. Empresa Mednet

- Valor total: R\$ 3.080,00
- Maior número de itens contemplados.
- Valores moderados e compatíveis com o mercado.
- Alguns itens não possuem custo (ex: inclusão de nova função, CAT, envio eSocial), o que pode representar boa relação custo-benefício.

12.3.4.2. Empresa Lemes

- Valor total: R\$ 3.175,00
- Boa abrangência dos serviços, com itens relevantes como o envio de informações ao eSocial.
- Valor bastante elevado para alguns itens (ex: envio ao eSocial – R\$ 3.240,00 (considerando os 12 meses do contrato), o que distorce a média geral.

12.3.4.3. Empresa Biosecure

- Valor total: R\$ 3.884,76
- Boa estrutura de valores, com preços coerentes (ex: exames ocupacionais e laudo do PCMSO).
- Proposta menos completa – não contempla vários itens essenciais (ex: PGR, LTCAT, avaliação psicossocial, entre outros).

12.3.4.4. Empresa Corpori

- Valor total: R\$ 7.047,00
- Proposta mais completa que Biosecure, incluindo Análise Ergonômica, PGR e LTCAT.
- Valores significativamente acima da média para diversos serviços (ex: Análise Ergonômica – R\$ 3.800,00).

12.3.5. Comparativo de Valores Totais

Empresa	Valor Total
Mednet	RS 3.080,00
Lemes	RS 3.175,00
Biosecure	RS 3.884,76
Corpori	RS 7.047,00
Média	RS 4.696,69

Exemplos de Variação de Preços por Item:

- Análise Ergonômica do Trabalho:
 - Empresa Mednet: R\$ 678,00
 - Empresa Corpori: R\$ 3.800,00

Variação de mais de 450% – indício claro de sobrepreço.

- Envio das informações ao eSocial (CRN-10):
 - Empresa Mednet: R\$ 0,00 (incluso no pacote)
 - Empresa Corpori: R\$ 42,00
 - Empresa Lemes: R\$ 3.240,00

Variação excessiva – R\$ 3.240,00 é desproporcional ao serviço rotineiro e automatizado.

- PCMSO – Exames Ocupacionais:
 - Variam de R\$ 40,00 (Empresa Corpori) a R\$ 52,20 (Empresa Mednet)

Variação de 30% – dentro do razoável.

12.3.6. Conclusão Técnica

A partir da análise técnica dos orçamentos pesquisados, considerou-se a média final resultante em R\$ 2.781,23.

13. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

13.1. Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO-NR-7)

13.1.1. Elaboração, Coordenação, Manutenção, Assistência Técnica ao Desenvolvimento e Emissão do Relatório Anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e conforme Norma Regulamentadora nº 07 e atendimento do eSocial;

13.1.2. Demais ações previstas na Norma regulamentadora nº 7 (NR-7) as quais a Contratante esteja obrigada.

13.2. Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO

13.2.1. Planejamento e execução dos exames e consultas médicas de aptidão profissional admissionais, demissionais, periódicos, de retorno ao trabalho após afastamentos prolongados, bem como de mudança de função, devendo estes ser realizados por médico do trabalho, conforme necessidade da contratante;

13.2.2. Acompanhamento dos casos de afastamento do trabalho por doença, assistidos ou não por benefício previdenciário por incapacidade;

13.2.3. Realização de exames complementares, quando solicitados pelo médico do trabalho;

13.2.4. Elaboração/guarda dos prontuários médicos individuais de cada empregado;

13.2.5. Emissão de declarações ou pareceres técnicos, quando necessário, para esclarecer se afastamentos sucessivos, mesmo com diferentes CID's, ou inexistência dos mesmos, correspondem a um único motivo clínico;

Os exames médicos relacionados acima compreendem exame clínico e exames complementares, realizados de acordo com as especificações na NR 7 e de outras NRs. O exame clínico deve obedecer aos prazos e à seguinte periodicidade:

I - no exame admissional: ser realizado antes que o empregado assuma suas atividades;

II - no exame periódico: ser realizado de acordo com os seguintes intervalos:

a) para empregados expostos a riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR e para portadores de doenças crônicas que aumentem a susceptibilidade a tais riscos:

1. a cada ano ou a intervalos menores, a critério do médico responsável;
2. de acordo com a periodicidade especificada no Anexo V desta Norma, relativo a empregados expostos a condições hiperbáricas;

b) para os demais empregados, o exame clínico deve ser realizado a cada dois anos.

- 13.3. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR-NR-1 e NR-9), incluindo a avaliação dos fatores ambientais como ergonomia bem como psicossociais e de saúde mental;
- 13.3.1. Elaboração do Documento-Base de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), incluindo planejamento, metodologia, registro dos dados, desenvolvimento e formas de avaliação contemplados por indicadores de riscos ambientais;
- 13.3.2. Reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais através de vistoria detalhada dos ambientes interno e externo de trabalho;
- 13.3.3. Estabelecimento de prioridades e metas para o combate dos riscos ambientais existentes;
- 13.3.4. Implementação de medidas de controle (estratégia e metodologia de ação) e avaliação anual de sua eficácia após a implantação;
- 13.3.5. Demais ações previstas nas Normas regulamentadoras nº 1 (NR-1) e nº 9 (NR-9) as quais a Contratante esteja obrigada.
- 13.4. Análise Ergonômica do Trabalho (NR-17)
- 13.4.1. Análise técnica ergonômica, por meio de verificação, realizada nos setores da contratante para qualificação das condições de trabalho, visando estabelecer parâmetros que permitam maior conforto e segurança dos trabalhadores e maior produtividade no trabalho;
- 13.4.2. Emissão de documento técnico de Laudo Ergonômico do Trabalho.
- 13.5. Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT);

Emissão de documento técnico de LTCAT com base em:

- 13.5.1. Descrição e análise detalhada de cada atividade exercida, do ambiente interno e externo de trabalho e equipamentos utilizados;
- 13.5.2. Identificação de exposições ocupacionais que representem risco à saúde dos trabalhadores ou ao meio ambiente;
- 13.5.3. Medição de níveis de pressão sonora (ruído), de luminosidade, de temperatura e de umidade relativa do ar, por meio de equipamentos adequados e devidamente calibrados, bem como análises laboratoriais, quando necessário;
- 13.5.4. Assessoria Técnica em possíveis processos judiciais.
- 13.6. Laudo de Insalubridade (NR15)
- 13.6.1. Elaboração de Laudo de Insalubridade com base nas condições de trabalho dos setores da contratante.
- 13.7. Laudo de Periculosidade (NR16)
- 13.7.1. Elaboração de Laudo de Periculosidade com base nas condições de trabalho dos setores da contratante.
- 13.8. Envio das informações do CRN-10 ao eSocial, conforme exigências legais

A contratada será responsável pela elaboração, organização, atualização e envio das informações de saúde ocupacional dos empregados, com vistas ao adequado preenchimento e envio dos eventos obrigatórios ao eSocial, no escopo da manutenção e execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), nos termos da NR-7, NR-1 e do Manual de Orientação do eSocial. Os serviços incluem:

- 13.8.1. Coleta e estruturação das informações obrigatórias: levantamento, análise e sistematização dos dados ocupacionais dos trabalhadores, conforme exigências dos eventos S-2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho), S-2220 (Monitoramento da Saúde do Trabalhador) e S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Fatores de Risco) do eSocial, integrando informações provenientes do LTCAT, PGR e ASO;
- 13.8.2. Preenchimento técnico dos eventos de SST: elaboração técnica dos eventos S-2220, com base nos dados clínicos e exames ocupacionais realizados no âmbito do PCMSO; elaboração dos eventos S-2240, com base na identificação e avaliação dos riscos ocupacionais, incluindo descrição da exposição, uso de EPI, EPC e respectivas eficácias, conforme Tabela 23 do eSocial; elaboração dos eventos S-2210 com base nas comunicações de Acidentes de Trabalho;
- 13.8.3. Geração e envio de eventos de Medicina do Trabalho ao eSocial de forma online e automatizada conforme cronograma e regras do eSocial;
- 13.8.4. Manutenção e atualização dos eventos: atualização dos registros sempre que houver mudanças nas condições ambientais de trabalho, funções, admissões, demissões ou alterações clínicas constatadas nos exames ocupacionais; reenvio de eventos retificadores, quando necessário, dentro dos prazos legais;
- 13.8.5. Relatórios e documentação: geração de relatórios gerenciais consolidados sobre os eventos enviados ao eSocial; arquivamento eletrônico seguro de toda a documentação e registros elaborados, conforme prazo legal mínimo.
- 13.9. Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)
- 13.9.1. Planejamento e desenvolvimento do PPP;
- 13.9.2. Emissão e atualização do PPP;
- 13.9.3. Armazenamento em meio eletrônico de todos os dados relativos aos trabalhadores da Contratante.
- 13.10. Assessoria na Constituição e Treinamento da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (NR-05);
- 13.10.1. Assessoria na elaboração e publicação do Edital de convocação, Edital de inscritos para as eleições, Comunicações ao DRT e/ou Sindicato, processo eleitoral e da posse dos eleitos, bem como na elaboração das atas da CIPA;
- 13.10.2. Realização de treinamento de CIPA, com carga horária mínima de 20 horas, sendo ministrado por no mínimo 1 (um) profissional qualificado em NR5, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da posse.
- 13.10.3. Os itens 13.5 e 13.6 somente serão realizados mediante necessidade identificada no item 13.4 e análise da contratante.
- 13.10.4. Não se aplicam os requisitos das alíneas b, c e d do inciso III , bem como o inciso VII do art. 9º da [Instrução Normativa SFGES/ME nº 58, de 2022](#), uma vez que a realização de consulta ou audiência pública é prevista na Lei nº 14.133/2021 como uma etapa obrigatória apenas para contratações de grande vulto ou com relevante impacto social ou ambiental. Considerando que a contratação de empresa para prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho trata-se de serviço técnico especializado de natureza rotineira, com escopo bem definido e impacto restrito à organização contratante, entende-se como inaplicável a realização de consulta ou audiência pública neste caso.
- 13.10.5. A contratação em questão refere-se à prestação de serviços especializados, não envolvendo aquisição, locação ou acesso a bens materiais. Assim, a avaliação entre essas modalidades não se aplica à presente contratação. O objeto trata da execução de atividades técnicas de saúde e segurança no trabalho, que demandam conhecimento técnico e responsabilidade profissional, sendo, portanto, inaplicável a comparação entre compra, locação ou acesso a bens.
- 13.10.6. A contratação de serviços de medicina e segurança do trabalho não comporta alternativas logísticas como doação, permuta ou outros meios de suprimento, uma vez que se trata de obrigação legal do empregador prevista na CLT e nas Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho. A execução exige empresa especializada, com profissionais habilitados e estrutura técnica adequada, sendo, portanto, inviável o atendimento da necessidade por meio de doações ou permutas.
- 13.10.7. Não se optou pela **divisibilidade do objeto**, visto que todos os postos de serviços previstos neste instrumento devem ser licitados em uma mesma contratação, com adjudicação para uma única empresa. Justifica-se o agrupamento tendo em vista que as quantidades de postos a serem contratadas são consideradas baixas, quando contratadas separadamente, o que pode gerar desinteresse na participação de alguns licitantes, por gerar custos extras as empresas, bem como também possibilita a redução dos custos, proporcionando economia de escala ao órgão CONTRATANTE. Desse modo, não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 13.10.8. A contratação de uma única empresa especializada permite maior eficiência operacional, uniformidade no cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs), e facilita a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, além de evitar a sobreposição de responsabilidades entre diferentes prestadores de serviço. Assim, a não divisão em lotes está devidamente justificada por razões de natureza técnica e de ganho de eficiência, conforme autorizado pela própria Lei nº 14.133/2021.

14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO

14.1. Em relação à infraestrutura (física e tecnológica) e recursos humanos, não será necessária a realização de adaptações no edifício e nem nos sistemas informatizados, uma vez que o CRN-10 possui estrutura física e tecnológica adequadas para a instalação, configuração e disponibilização da solução contratada.

15. RESULTADOS PRETENDIDOS

15.1. Os resultados esperados da contratação de serviços de Segurança e Medicina Ocupacional, conforme delineado neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), concentram-se em três pilares fundamentais: economicidade, eficiência e sustentabilidade, cada um com desdobramentos que contribuirão para a melhoria da gestão e performance da instituição. Em relação à economicidade, a contratação de empresas especializadas com experiência comprovada visa a otimização dos gastos diretos e indiretos associados à saúde e segurança no trabalho. A escolha de prestadores de serviço que operam de forma eficiente e integrativa ajuda a minimizar custos relacionados a acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e possíveis sanções legais decorrentes do não cumprimento das normativas de segurança e saúde. Ao reduzir os índices de acidentes e afastamentos médicos, a instituição não apenas diminui os custos operacionais, mas também assegura maior disponibilidade de recursos humanos e físico, impactando positivamente na produtividade global. A eficiência econômica é, portanto, um resultado imediato esperado dessa contratação, permitindo a melhor alocação dos recursos públicos em outras necessidades e prioridades institucionais. Na vertente da eficiência, a implementação de serviços de Segurança e Medicina Ocupacional por empresas qualificadas deve resultar em um aumento significativo na qualidade dos processos laborais e, consequentemente, em um ambiente organizacional mais seguro e colaborativo. O acompanhamento constante dos indicadores de saúde, através de exames admissionais, periódicos e demissionais, traz maior controle sobre a saúde dos colaboradores, permitindo intervenções preventivas mais assertivas.

16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

16.1. Para a presente aquisição/contratação não é necessária uma contratação correlata ou interdependente

17. PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

17.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício vigente (<https://crn-sc.implanta.net.br/portalttransparencia/#publico/Conteudos?id=922e30d9-c2d3-45ea-aa42-68d49a9653a2>)

18. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 18.1.
- A fiscalização do contrato será realizada por fiscal efetivo ou fiscal substituto designado pela Administração, dentre os funcionários do Conselho Regional de Nutrição 10ª Região.
19.
- DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**
- 19.1.
- Sendo assim, declara este Analista de Departamento Pessoal e Recursos Humanos que a contratação pretendida é viável e indispensável para a continuidade das atividades desenvolvidas nesta Autarquia Federal.
20.
- GERENCIAMENTO DE RISCOS**
- 20.1.
- Assim como toda contratação, vislumbra-se alguns riscos que permeiam o processo de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.
- 20.2.
- Fase de análise:
- 20.2.1.
- Planejamento da contratação e seleção do fornecedor:**

Risco 01 – Atraso na tramitação de documentos nas áreas competentes			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
1) Atraso na conclusão do processo licitatório.			
Ação Preventiva			Responsável
1) Reunião com os setores responsáveis para análise dos documentos necessários à contratação da nova empresa, a fim de acelerar o processo licitatório.			RH/Administrativo
2) Acompanhamento de todas as fases (interna e externa) do procedimento de contratação da empresa.			RH/Administrativo/ Assessoria Jurídica
Ação de Contingência			Responsável
1) Solicitar apoio dos setores responsáveis sobre a necessidade de agilizar a tramitação do processo de contratação.			RH/Administrativo/Assessoria Jurídica

Risco 02 – Licitação deserta ou fracassada			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
1) Impossibilidade de contratação da empresa.			
Ação Preventiva			Responsável
1) Conhecer o objeto a ser contratado e as práticas adotadas no mercado por empresas que prestam o serviço e fornecem os bens solicitados a fim de não restringir a competição.			RH/Administrativo
Ação de Contingência			Responsável
1) Efetuar novo processo de contratação, utilizando o registro de ocorrências e a experiência adquirida no processo de gestão do contrato, visando melhorar o estudo preliminar e o termo de referência para a contratação.			Departamento de Licitações e Contratos

- 20.2.2.
- Fase de análise: Gestão do Contrato:**

Risco 03 – Descumprimento de cláusulas contratuais por parte da contratada.			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			
1) Não entrega dos serviços ou bens nos prazos definidos no contrato			
Ação Preventiva			Responsável
1) Acompanhamento e verificação por parte do gestor e fiscais do contrato.			Administrativo
Ação de Contingência			Responsável
1) Incentivo à solução dos desvios de qualidade por meio de aplicação das sanções cabíveis, de forma a coibir a reincidência.			Gestor do contrato com auxílio da equipe de fiscalização.

Risco 04 – Rescisão do contrato			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
1) Não execução do objeto contratado.			
Ação Preventiva			Responsável
1) Acompanhamento da execução do contrato. 2) Notificação à empresa e aplicação das sanções cabíveis.			Gestor do contrato com auxílio da equipe de fiscalização.
Ação de Contingência			Responsável
1) Efetuar novo processo de contratação, utilizando o registro de ocorrências e a experiência adquirida no processo de gestão do contrato, visando melhorar o estudo preliminar e o termo de referência para a nova contratação.			Gestor do contrato com auxílio da equipe de fiscalização.

Risco 05 – Não realização dos exames ocupacionais obrigatórios no prazo legal			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
1) Multas. 2) Passivos trabalhistas. 3) Riscos à saúde dos colaboradores.			
Ação Preventiva			Responsável
1) Monitoramento periódico do cronograma de exames. 2) Contrato com cláusula de obrigatoriedade legal. 3) Sistema de alerta para vencimentos.			Setor Administrativo/Gestão de Pessoas
Ação de Contingência			Responsável
1) Notificação formal à contratada. 2) Aplicação de penalidades contratuais. 3) Comunicação ao MTE em caso de reincidência.			Diretoria

Risco 06 – Contratação de empresa sem qualificação técnica adequada			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
1) Inexecução contratual. 2) Exames inválidos. 3) Passivo trabalhista.			
Ação Preventiva			Responsável
1) Exigir comprovação documental da qualificação técnica 2) Verificar registro da empresa nos conselhos profissionais			Setor Administrativo/Gestão de Pessoas
Ação de Contingência			Responsável
1) Rescisão contratual conforme cláusulas 2) Acionamento de penalidades administrativas 3) Substituição imediata por empresa qualificada			Diretoria

Risco 07 – Incompatibilidade entre o serviço contratado e as normas da CLT e NRs			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
1) Descumprimento legal. 2) Responsabilização do órgão.			
Ação Preventiva			Responsável

1) Validação técnica do objeto contratual com políticas de SESMT	Setor Administrativo/Gestão de Pessoas
2) Consulta jurídica prévia	
3) Treinamento da equipe de fiscalização	
Ação de Contingência	Responsável
1) Revisão do contrato para ajustes imediatos	Diretoria
2) Suspensão temporária do serviço	
3) Relatório técnico-jurídico para correção	



Documento assinado eletronicamente por **Deivid Paz Cardoso**, Analista de Departamento Pessoal e Recursos Humanos, em 11/02/2026, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2170509** e o código CRC **C059E52F**.

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 10ª REGIÃO**

Sede: R. Gen. Liberato Bittencourt, 1475, Florianópolis/SC, CEP 88070-000
 Telefone: (48) 3222 - 1967 - <https://crn10.org.br/> - E-mail: crn10@crn10.org.br

MINUTA DE CONTRATO

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

Processo nº

MINUTA DE CONTRATO

O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA DÉCIMA REGIÃO (CRN-10), autarquia federal de fiscalização profissional regida pela Lei nº 6.583, de 20.10.1978, inscrito no CNPJ sob o nº 10.456.659/0001-00, com sede na R. Gen. Liberato Bittencourt, 1475, Florianópolis/SC, CEP 88070-000, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu/sua Presidente Vânia Passero, nomeada pela Ata de Reunião Para Eleição e Posse da Diretoria do Conselho Regional de Nutrição da Décima Região (CRN-10), e pela Conselheira Tesoureira Elizabeth Maria Diamantopoulos Neme, nomeado pela Ata supracitada, doravante designado **CRN-10** e a **<nome da empresa>**, inscrita no CNPJ sob o nº **xxxxxxx**, com sede na **xxxxxx, xxxxx**, CEP: **xxxxx**, doravante designada **CONTRATADA**, representada neste ato por (nome e função o contratado), conforme constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **PREGÃO ELETRÔNICA Nº XXXX/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de Solução Centralizada de Voz IP, compreendendo estrutura de Comunicações Unificadas e PABX Virtual em Nuvem, baseada no protocolo SIP e tecnologias VoIP (Voz sobre IP), incluindo o fornecimento e instalação de equipamentos em comodato, necessários para atender a todas as unidades do Conselho Regional de Nutrição da 10ª Região (CRN-10), conforme especificações e quantidades indicadas no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 1			
Item	Producto	Unidad de medida	TOTAL
1	xxx	12 meses	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da contratada;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação do **Grupo I** é de **12 (doze) meses, contados a partir de** / / , prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO - (ART 92, V) .

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....) **mensal**, totalizando o valor de R\$ ----- (-----) **anual**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO - (ART.92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Item Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE – (ART.92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, ao que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE – (ART.92, X, XI, E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, e 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar unidade de representação judicial do Conselho Regional de Nutrição da Décima Região para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei 14.133, de 2021);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 9.24. Prestar os serviços de forma atender as seguintes localidades e endereços:
- 9.25. Sede CRN-10: Rua Gen. Liberato Bittencourt, nº 1459, salas 1001 a 1011, Canto, Florianópolis - SC.
- 9.26. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.27. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- 9.28. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.2.4. **Multa:**
- 12.2.4.1. Moratória de 0,5% (zero virgula cinco) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - 12.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% do valor do Contrato.
 - 12.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% do valor do Contrato.
 - 12.2.4.4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 3% a 15% do valor do Contrato.
 - 12.2.4.5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 3% a 10% o valor do Contrato.
 - 12.2.4.6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,1% s 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - (ART. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

13.3.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

13.3.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. Relação de pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art.131, caput, da Lei nº 14.133 de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Nutrição da Décima Região no exercício de 2025 deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade:
- II - Elemento de Despesa:
- III - Nota de Empenho

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do orçamento anual.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS - (ART.92,III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias. (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis (Art.109, I, CRFB/88), como o competente para dirimir quaisquer questões provenientes deste contrato eventualmente não resolvidas no âmbito administrativo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Representante Legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Referência: Processo nº 1001027.000014/2025-90

SEI nº 2240362

MINUTA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de medicina do trabalho e saúde ocupacional, mediante a implantação, atualização, gerenciamento e execução dos Programas de Saúde Ocupacional, compreendendo: Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO-NR-7) - Emissão de relatório; Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR-NR-1 e NR-9), incluindo a avaliação dos fatores ambientais como ergonomia bem como psicossociais e de saúde mental; Análise Ergonômica do Trabalho (NR-17); Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT); Laudo de Insalubridade (NR15); Laudo de Periculosidade (NR16); Envio das informações do CRN-10 ao eSocial, conforme exigências legais; Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); Assessoria na Constituição e Treinamento da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (NR-05). Conforme condições de exigências estabelecidas neste edital e demais anexos.

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

TELEFONE:

E-MAIL:

A empresa acima identificada, após tomar conhecimento de todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos, por seu representante legal, abaixo assinado, apresenta a seguinte proposta de preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO-NR-7) - incluindo a emissão de relatórios	01		
2	Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO	27		
3	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR-NR-1 e NR-9), incluindo a avaliação dos fatores ambientais como ergonomia bem como psicossociais e de saúde mental	01		
4	Análise Ergonômica do Trabalho (NR-17)	01		
5	Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT)	01		
6	Laudo de Insalubridade (NR15)	01		
7	Laudo de Periculosidade (NR16)	01		
8	Envio das informações do CRN-10 ao eSocial, conforme exigências legais	12		
9	Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)	27		
10	Assessoria na Constituição e Treinamento da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (NR-05)	01		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (valor por extenso).

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (quantidade por extenso) dias, contados da data da sua apresentação.

*Prazo de validade mínimo de: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que no preço proposto estão inclusos todos os custos necessários para o fornecimento do objeto e que influenciem na formação dos preços desta Proposta.

Declaramos, ainda, conhecer a legislação de regência desta licitação e que o objeto será fornecido de acordo com as condições estabelecidas, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

Cidade, __ de _____ de ____.

Nome e assinatura do responsável legal pela empresa
RG e CPF do responsável
Cargo do responsável

(Se for procuração, deverá comprovar mediante procuração)

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE
MENORES**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021 e do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)
_____, ____ de _____ de 202___. (Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS
INFORMAÇÕES**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a)
Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____
_____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____ DECLARA,
para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº 90001/2026, que tomou conhecimento
de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações
objeto da licitação, conforme disposto no inciso VI do art. 67 da Lei nº 14.133/21.

_____, ____ de _____ de 202__.

(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS
EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a)
Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____,
_____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____ DECLARA,
para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº 90001/2026, que atende as exigências
de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência
Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV
do art. 63 da Lei nº 14.133/21.

_____, ____ de _____ de 202__.

(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a)
Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____
_____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____ DECLARA,
para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº 90001/2026, que atende aos requisitos
de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme
disposto no inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/21.

_____, ____ de _____ de 202__.

(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)